

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E ESTÍMULOS COGNITIVOS: estudo de caso acerca da construção do conhecimento por uma jovem em atendimento psicopedagógico

PACHECO, Thaynara Aparecida ¹ ; CARMO, Amanda Juliana do ²

¹ PEDAGOGIA - UNIFAGOC

² PEDAGOGIA - UNIFAGOC



edyetata@gmail.com
amanda.carmo@unifagoc.edu.br

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar, sob o viés teórico e prático, os impactos dos estímulos cognitivos como instrumentos pedagógicos para o favorecimento da construção de conhecimento por uma jovem com deficiência intelectual em atendimento pedagógico. O referencial teórico adotado contou com a colaboração dos estudos na área da educação e da psicopedagogia. Para a realização desta pesquisa, optou-se em fazer um estudo de caso, a partir da abordagem qualitativa, sendo esta uma pesquisa básica e descritiva que contou também com uma revisão bibliográfica. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com uma jovem com deficiência intelectual, com a sua família e com a psicopedagoga responsável por seu atendimento na APAE da cidade de Tocantins/MG. Dentre os resultados observados, é possível destacar que os estímulos cognitivos foram peças-chave para a construção do conhecimento e também para a construção da autonomia pela jovem com deficiência intelectual investigada, fazendo com que ela se tornasse mais independente e letrada, adquirindo suas potencialidades e se sentindo capaz de realizar as tarefas do dia a dia. Concluiu-se, assim, que os estímulos cognitivos oferecidos nos atendimentos psicopedagógicos causam impactos significativos no desenvolvimento e na aprendizagem dos jovens com deficiência intelectual, resultando na melhora da comunicação, da interação e das atividades cotidianas.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Estímulos Cognitivos. Atendimento Psicopedagógico.

INTRODUÇÃO

A Deficiência Intelectual (DI) se distingue pelo funcionamento cognitivo que consiste em um Quociente Intelectual (QI) abaixo da média esperada, isto é, engloba prejuízos na função adaptativa e déficits nas capacidades mentais em comparação com indivíduos na mesma idade, gênero e aspectos socioculturais. O DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) define a DI como um transtorno de início na etapa do desenvolvimento que abrange déficits operacionais, mentais e adaptativos nos controles investigativos, coletivos e práticos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

A pessoa que apresenta Deficiência Intelectual, de acordo com Ferreira et al. (2018), precisa aprender a viver e ser como de fato é: um ser humano que possui direitos e deveres, que deve ser educado de maneira significativa com o propósito de ser capaz de reconhecer os aspectos positivos de si mesmo, encorajar sua vontade e confiança para adquirir eficiência inter e intrapessoal. Para Mantoan e Batista (2007), a deficiência mental não se consome na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser limitada por um saber ímpar. Por isso, é alvo de numerosos estudos e pesquisas, em variadas áreas do

conhecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 e a Constituição Federal de 1988 determinam que a educação é direito de todos e que o atendimento educacional especializado deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

A criança ou jovem com Deficiência Intelectual enfrentam algumas dificuldades no ensino regular devido à complexidade de sua condição, tendo como maior desafio o processo de inclusão, já que este promove inúmeras modificações necessárias em seu ensino como um todo. Cada pessoa é um ser único e aquelas com Deficiência Intelectual requerem um olhar específico, levando em conta suas limitações e suas dificuldades. O tempo necessário para a aprendizagem de um aluno com deficiência é muito particular; as demandas cognitivas, psicológicas e neurológicas precisam ser levadas em conta para que os educadores percebam esses pontos específicos de cada indivíduo.

Nesse âmbito surge a psicopedagogia, que, segundo Corso (2013), é um ramo que investiga e lida com os vários aspectos da aprendizagem humana, produzindo um conjunto de conhecimentos, advindos de variadas ciências, dando destaque ao aspecto educativo. A psicopedagogia é uma área do conhecimento que promove a integração de maneira adequada entre os conhecimentos e fundamentos de diversas áreas da educação e saúde, aplicando estratégias e meios para compreender e interceder nos recursos pessoais ou grupais de aprendizado (CORSO, 2013).

Tal afirmativa reporta a fundamentações teóricas referentes à temática, instigando ao aprofundamento do seguinte problema: qual é o impacto dos estímulos cognitivos realizados em atendimento psicopedagógico na mediação da construção do conhecimento por uma jovem ex-aluna APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais?

O presente estudo tem como objetivo investigar, sob o viés teórico e prático, os impactos dos estímulos cognitivos como instrumentos pedagógicos para o favorecimento da construção de conhecimento por uma jovem com deficiência intelectual em atendimento psicopedagógico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Deficiência intelectual: conceitos e características

De acordo com Duarte (2018), a deficiência intelectual é definida como um transtorno neuropsiquiátrico apresentado por vezes em crianças e adolescentes, distinguida pela insuficiência no que se refere ao desempenho intelectual, comportamental e adaptativo. A DI se inicia no período do desenvolvimento da criança, apresentando déficits funcionais em relação aos processos tanto adaptativos quanto intelectuais nos âmbitos conceitual, social e prático. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Vasconcelos (2004) afirma que a DI é identificada pela redução no desenvolvimento cognitivo, geralmente inferior à média esperada para a idade cronológica da criança ou adulto, ocasionando muitas vezes lentidão na evolução da fala, no desenvolvimento neuropsicomotor e em outras habilidades.

Santos (2013) salienta que a deficiência intelectual tem partes de suas funcionalidades cerebrais preservadas quando o indivíduo se torna, por vezes, capaz de manter o conhecimento de si mesmo, mas evidencia dificuldades de convivência, de adaptação e de interação social.

De acordo com o DSM-5 (2014), são usados três critérios (A, B e C) para se obter características relevantes para o diagnóstico de DI:

A- Déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados. B- Déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade. C- Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 33).

Em consonância com o DSM-5 (2014), o critério A engloba déficits nas capacidades mentais; o critério B inclui danos nas funcionalidades adaptativas diárias em comparação com pessoas do mesmo gênero e idade; o critério C inicia-se já no início do desenvolvimento da criança. O diagnóstico de DI embasa-se tanto em avaliação clínica quanto em testes concernentes às funções adaptativas e intelectuais.

Segundo Pereira (2012), a DI consiste em um quadro psicopatológico que especifica as funções cognitivas, evidenciando um atraso nas sustentações mentais que dificultam a construção e acomodação do conhecimento. Um indivíduo com deficiência intelectual apresenta incapacidade em relação ao desempenho intelectual significativo, sendo um transtorno que, em sua grande maioria, ocorre por questões genéticas podendo ser provocado por complicações durante o período gestacional ou no parto.

As principais características dos indivíduos com deficiência intelectual consistem nas dificuldades de comunicação, no raciocínio e interação, tendo uma capacidade reduzida para assimilar a linguagem, a reprodução da escrita, problemas em lidar com relações sociais, realizar tarefas cotidianas, compreender e seguir regras, interpretar ou compreender sinais e ideias consideradas abstratas (RODRIGUES, 2010).

A Legislação vigente para alunos com necessidades educacionais especiais

Arantes et al. (2012) afirmam que as iniciativas de inclusão significativa de discentes

com deficiência nas escolas públicas eram precárias, não havendo uma consolidação em forma de lei, cabendo à família assumir a responsabilidade e arcar com o compromisso de fazer com que seus filhos acompanhassem o método pedagógico e social da instituição de ensino.

Com base na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), o conceito de inclusão é um desafio para a educação, pois estabelece que o direito à educação é para todos.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (BRASIL, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Lei nº 9.394/96, traz em seu capítulo V as normas pertinentes à educação inclusiva, estabelecendo que as escolas recebam todos, inclusive os indivíduos que possuem necessidades educacionais especiais.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996).

De acordo com o Decreto 6.571/2008 da Constituição Federal, o aluno com deficiência é aquele que tem uma dificuldade de longo prazo, de natureza física, intelectual, sensorial e mental. O mesmo documento tem como propósito garantir a inclusão dos alunos nas instituições de ensino regular e instruir sobre a forma efetiva de orientar esse processo, assim como a organização da instituição, desde a estrutura até a formação continuada de professores e diálogos com todos que fazem parte da escola, principalmente o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 2008).

De acordo com o Decreto nº 5.296/2004 da Constituição Federal, a deficiência intelectual refere-se ao "[...] funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas" (BRASIL, 2004). Diante disso, Pantoja (2014) salienta que o discente com deficiência intelectual tem a necessidade de um trabalho complementar aos desenvolvidos em sala de aula, centrado em suprir as dificuldades de aprendizagem.

A Política Nacional de Educação Especial (PNE), publicada no Decreto Federal nº 10.502/2020, em seu Art. 3º, estabelece que a instituição de ensino deve promover

momentos significativos para uma aprendizagem com qualidade, na qual todas as atividades elaboradas precisam ser planejadas junto a uma equipe multidisciplinar, assim como oferecer um ambiente acolhedor (BRASIL, 2020).

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - educação como direito para todos em um sistema educacional equitativo e inclusivo;

II - aprendizado ao longo da vida;

III - ambiente escolar acolhedor e inclusivo;

IV - desenvolvimento pleno das potencialidades do educando;

V - acessibilidade ao currículo e aos espaços escolares;

VI - participação de equipe multidisciplinar no processo de decisão da família ou do educando quanto à alternativa educacional mais adequada. (BRASIL, 2020).

O trabalho educativo na escola regular inclusiva deve centrar-se na receptividade dos alunos com DI, buscando respeitar ao máximo suas individualidades e estar aberto para buscar novos métodos de ensino para atender de forma significativa o seu desenvolvimento, como descreve a resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (BRASIL, 2001).

Apesar de a educação inclusiva estar apoiada em condições legais no Brasil, ainda encara muitos obstáculos para a integração de pessoas com DI no ensino regular. Cabe às instituições de ensino e aos docentes se empenharem e buscarem meios de mediar as principais dificuldades encontradas.

O desenvolvimento cognitivo de uma pessoa com deficiência intelectual

Krüger(1995)define a cognição como um processo de construção de conhecimento, que engloba atenção, compreensão, linguagem, juízo e percepção. As capacidades cognitivas do indivíduo relacionam-se à habilidade de adquirir conhecimento, já que o cérebro humano interpreta, assimila, memoriza e projeta informações fornecidas pelos cinco sentidos existentes no corpo humano. Costa (2009) afirma que “a cognição seria, no sentido de suas possibilidades, criação, transformação, processualidade para relacionar corpo e mente ao ambiente” (COSTA, 2009, p. 110).

A cognição, na perspectiva piagetiana, é um elemento imprescindível para a

aprendizagem e acomodação. A acomodação acontece quando a estrutura mental presente de uma pessoa, chamada de esquema, é modificada para se adaptar às novas informações (PIAGET, 1978). De acordo com Fonseca (2018), a cognição tem funcionalidades mentais que concedem ao ser humano comandar suas ações e controlar o comportamento e conduta com os seus semelhantes.

Piaget (1978) denota que a evolução da cognição está ligada ao desenvolvimento da linguagem, sendo um processo ativo que precisa da interação entre o indivíduo e o ambiente. As crianças não apresentam um conjunto pré-definido de capacidades mentais e nem são receptores passivas de estímulos do ambiente.

Vygotsky (1998) define que o período da infância possui características singulares, quando ocorre o desenvolvimento do indivíduo. Portanto, o ser humano não nasce pronto, ele é um contínuo de avanços e retrocessos, e o desenvolvimento é considerado por fatores genéticos e sociais, nos quais a linguagem é motivada pelo ambiente o qual influencia sua formação e a sua cognição.

Toda criança precisa ter a sua cognição estimulada para poder se aprimorar nos aspectos cognitivos, desenvolver-se e aprender. Esses estímulos necessitam ser ainda mais recorrentes com as crianças com deficiência intelectual. O discente com deficiência intelectual tem dificuldades de construir conhecimento como as demais crianças e de manifestar sua capacidade cognitiva. Batista e Mantoan (2007) afirmam:

Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada. São as diferentes ideias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clareiam o entendimento dos alunos e professores. Essa diversidade deriva das formas singulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente sobre ele. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 17).

São as práticas escolares que concedem ao aluno o aprendizado significativo, reconhecendo e valorizando suas habilidades, mostrando o que é capaz de realizar, segundo suas especificidades. Para isso, é fundamental que a aprendizagem alcance todos de maneira positiva, atendendo as diferenças e os conteúdos curriculares (BATISTA; MANTOAN, 2007).

Mediação docente na construção do conhecimento de alunos com DI

O docente precisa estar entre o aluno e o objeto de aprendizagem para que ocorra a mediação. O conceito de mediação, na perspectiva de Vygotsky (1998), consiste na aquisição de conhecimento feita através da interação entre o ser humano e o ambiente, podendo ser signos ou instrumentos, ocorrendo por meio da mediação de um outro, que pode ser o professor ou um par mais avançado.

Rodrigues e Vargas (2017) salientam que o mediador precisa buscar métodos para reparar as dificuldades encontradas, desenvolvendo e adequando as atividades e conteúdos de acordo com suas necessidades, habilidades e considerando sua história de vida para que os alunos aproveitem da melhor maneira possível o assunto abordado.

Na concepção educacional, pressupõe-se reconhecer as interações como práticas significativas para os estudantes com Deficiência Intelectual, pois é uma direção que viabiliza a aprendizagem como parte da construção do conhecimento. A aprendizagem, na perspectiva de Vygotsky (1998), ocorre através da interação do aluno com o ambiente ou com outros indivíduos, proporcionando a criação de novos conhecimentos. Lepaus e Ziviane (2017) afirmam que os conteúdos curriculares devem ir para além dos conceitos formais e científicos, estabelecendo também uma abordagem social.

Para o aprendizado dos alunos com deficiência intelectual, as práticas interventivas de escolarização devem considerar suas vivências, possibilitando-os novas experiências, oferecendo oportunidades de desenvolver habilidades que permita ao sujeito a superação de obstáculos objetivando-o potencializar suas relações e ações pessoais e sociais. (LEPAUS; ZIVIANE, 2017, p.3).

Tessaro (2005) alega que as limitações dos alunos que apresentam DI não estão somente associadas com a deficiência em si, mas com a confiança e as adequações que são ofertadas às pessoas com deficiência intelectual. Essa autora afirma que, para que a pessoa deficiente possa desenvolver o seu potencial, é preciso superar a ideia da deficiência em sua capacidade ou dificuldade para aprender. Para que a inclusão significativa de fato aconteça, é necessária uma educação pautada pela diversidade, que promova o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

Atendimento psicopedagógico aos adolescentes com deficiência intelectual

O termo Psicopedagogia, segundo Cardozo (2011), define que esta ciência é a união entre a Psicologia e a Pedagogia. A pedagogia abrange questões relativas às metodologias de ensino-aprendizagem do alunado e às questões educacionais; já a psicologia é centrada no estudo dos indivíduos, no comportamento humano e nos processos mentais. A psicopedagogia tem um papel primordial em proporcionar a interação entre o aluno e o ser humano a que ele corresponde.

Segundo Bossa (2020), a psicopedagogia permeia entre saúde e educação, lidando com as metodologias de aprendizagem dentro dos paradigmas normais e anormais. Para esse fim, considera a interferência do meio, escola, família e sociedade fazendo uso de recursos específicos da psicopedagogia.

Araújo salienta que a psicopedagogia desempenha a atuação clínica ou institucional.

A Psicopedagogia clínica procura compreender de forma global e integrada os processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, orgânicos e pedagógicos, que interferem na aprendizagem, a fim de possibilitar situações que resgatem o prazer de aprender em sua totalidade, incluindo a promoção da integração entre pais, professores, orientadores educacionais e demais especialistas que transitam no universo educacional do aluno. [...] Na escola o Psicopedagogo também utiliza instrumental especializado, sistema específico de avaliação e estratégias capazes de atender aos alunos em sua individualidade e de auxiliá-los em sua produção escolar e para além dela, colocando-os em contato com suas reações diante da tarefa e dos vínculos com o objeto do conhecimento. Dessa forma, resgata positivamente o ato de aprender. (ARAÚJO, 2007, p. 1).

Os alunos com DI apresentam dificuldades no âmbito escolar e detêm sinais de dificuldades no desenvolvimento cognitivo, social e adaptativo. De acordo com Fernandez (1991), é essencial a interferência da psicopedagogia no processo escolar, já que sua atribuição é investigar e analisar os fatores que facilitam e dificultam a aprendizagem do aluno.

A atuação do psicopedagogo visa a uma sociedade igualitária, para que todos tenham aquisição da educação a que têm direito. Cardozo (2011) afirma a importância da criação de estratégias e métodos que possibilitem a construção do aprendizado nos processos de ensino e aprendizagem trabalhados com os discentes para o desenvolvimento do indivíduo.

Ainda em relação à percepção de Cardozo (2011, p. 21), “a trajetória das pessoas com deficiência até a chegada aos bancos escolares é carregada de estigmas, mitos, crendices, assim como sua trajetória na sociedade”. Portanto, é imprescindível promover a participação desses alunos de maneira verdadeira e ampliada, promovendo um ambiente educacional que receba e incentive esse alunado com DI em seu desenvolvimento. O psicopedagogo será o mediador, que institui uma ponte entre a execução pedagógica e o suporte aos docentes e familiares desses alunos com DI.

O psicopedagogo é um profissional de muita importância, principalmente na educação de alunos com deficiência intelectual, uma vez que ampara o educando com necessidades educacionais especiais em seu acomodamento no ambiente escolar, proporcionando uma melhor relação entre a instituição de ensino e esse aluno. Por isso, a escola precisa refletir não apenas as suas práticas pedagógicas, como também a de seus profissionais, ofertando a esse público o direito à educação e o respeito por sua diversidade estudantil (MITTLER, 2003).

METODOLOGIA

Para a produção dessa pesquisa de cunho pedagógico foi realizada uma investigação sobre os impactos dos estímulos cognitivos como instrumentos pedagógicos de favorecimento à construção de conhecimento por uma jovem com deficiência intelectual

em atendimento pedagógico. A pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, que, em consonância com Bonotto et.al. 2015), busca coletar e compreender dados que podem ser observados de vários modos, de acordo com os objetivos a serem alcançados tendo como funcionalidade o estudo de determinado fenômeno ou grupo social.

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica por ser alicerçada em material de fonte secundária, fundamentada em livros e artigos científicos (SALOMON, 2004). Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva e tem como objetivo descrever as principais características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002). A pesquisa também é considerada básica, a qual, segundo Castilho et al. (2011), tem o objetivo de oferecer informações e proporcionar novos conhecimentos para utilização prática e aprender mais sobre os fenômenos científicos.

Esta pesquisa também pode ser definida como um estudo de caso. De acordo com Ventura (2007), o estudo de caso visa estudar uma realidade específica de forma mais aprofundada, destacando as características do objeto estudado. Neste caso, o foco será nos processos de ensino e aprendizagem de uma adolescente com DI, a profissional de psicopedagogia que a acompanha e a família.

A pesquisa foi realizada em agosto de 2021, com uma jovem com deficiência intelectual, do sexo feminino, com vinte e dois anos de idade, ex-aluna da APAE da cidade de Tocantins-MG e que atualmente faz apenas os atendimentos especializados na instituição, incluindo o atendimento psicopedagógico. Foi realizada uma entrevista semiestruturada, presencialmente, usando todos os protocolos de segurança exigidos pela vigilância sanitária que se fazem necessários neste momento pandêmico causado pelo covid-19. A entrevista com a adolescente foi feita através da mediação comunicacional da entrevistadora, que buscou auxiliá-la da melhor forma possível para a compreensão das perguntas feitas. Também foram feitas entrevistas com a família e com a psicopedagoga responsável por essa aluna, visando obter dados em relação ao seu desenvolvimento cognitivo e sua construção do conhecimento mediante o atendimento psicopedagógico que a adolescente recebe.

A entrevista foi uma ferramenta importante para a obtenção das informações em relação aos estímulos cognitivos recebidos por essa aluna.

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações. Ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos[...] os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, que, eles relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 72).

De acordo com Silva (2013), as entrevistas semiestruturadas são realizadas por roteiros anteriormente estruturados, que abrangem esclarecimentos de contexto social, econômico e cultural.

Para a realização da análise dos dados obtidos, foi utilizada a análise qualitativa

dos dados, onde não há fórmulas ou receitas pré-definidas para a categorização ou interpretação dos dados. Geralmente, são seguidas três etapas nesse tipo de análise: a redução, a apresentação e a conclusão ou verificação (GIL, 2008, p.175). Na primeira etapa, são feitas classificações e comparações, de modo a organizar os dados obtidos. Na segunda etapa, são estabelecidas as semelhanças e as diferenças entre as respostas oferecidas pelos sujeitos da pesquisa. Na terceira e última etapa, busca-se elaborar uma significação para os dados apresentados, o que depende da capacidade interpretativa do pesquisador (MILES; HUBERMAN apud GIL, 2008, p. 175-176).

Este trabalho foi desenvolvido com a autorização das participantes da pesquisa, tendo suas identidades resguardadas. Essa autorização se deu na medida em que aceitaram responder ao questionário. Tudo isso com o objetivo de atender aos princípios éticos da pesquisa acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo investigar, sob o viés teórico e prático, os impactos dos estímulos cognitivos como instrumentos pedagógicos para o favorecimento da construção de conhecimento por uma jovem com deficiência intelectual em atendimento psicopedagógico, realizada por meio de entrevistas com a jovem, com a família e com a psicopedagoga que atende essa jovem.

De acordo com a psicopedagoga, a jovem se encontra em atendimento há dez anos pela APAE. Diante dos dados obtidos na entrevista com essa profissional e com a mãe da aluna, verificou-se uma evolução significativa em seu desenvolvimento. O Quadro 1 mostra as dificuldades que a aluna apresentava antes de iniciar esse tipo de atendimento e as evoluções obtidas após o início dos atendimentos psicopedagógicos.

Quadro 1: Evolução da jovem na visão da psicopedagoga e da família

	ANTES	DEPOIS
Psico- pedagoga	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de comunicação • Atraso significativo na aprendizagem • Déficit na interação • Alto nível de dependência 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora na comunicação • Consegue se expressar • Desenvolvimento na habilidade da escrita • Melhora na interação • Desenvolveu autonomia em determinadas áreas
Família	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de comunicação • Dificuldades na interação social • Déficits na compreensão • Déficits nas atividades da vida diária 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora na comunicação • Maior autonomia nas atividades da vida diária • Melhora na interação social

Fonte: dados da pesquisa organizados pelas autoras, 2021

Segundo Rodrigues (2010), as pessoas com deficiência intelectual têm muitos entraves na comunicação e na interação, apresentando também uma grande dificuldade para entender e compreender a reprodução da escrita, necessitando de estratégias de ensino diferenciadas. Contudo, os dados obtidos nas entrevistas com a psicopedagoga e com a mãe da menina apontaram que ela teve evoluções significativas, desde os aspectos da comunicação e da interação, até em relação às suas capacidades cognitivas, incluindo saber escrever e realizar suas tarefas cotidianas.

Ao ser indagada sobre a importância dos estímulos cognitivos para a construção do conhecimento dessa jovem com deficiência intelectual, a psicopedagoga ressaltou:

Através dos estímulos a gente vai capacitar a pessoa com DI a atingir sua resiliência, tendo uma vida com mais autonomia possível. Hoje a gente trabalha muito essa parte do cognitivo, não pensando em alfabetizar, mas sim em trabalhar a independência da pessoa, para que possa atingir suas habilidades e potencialidades. (PSICOPEDAGOGA, 2021).

Segundo Cardozo (2011), o psicopedagogo é o profissional capaz de fornecer estratégias e métodos para que a pessoa com DI avance em seu desenvolvimento de maneira significativa. Cabe a ele também incentivar e estimular o aluno, para que possa construir os conhecimentos formais.

De acordo com Teed (2012), o papel do psicopedagogo é observar, programar e criar estratégias e meios para estimular e promover a interação entre o discente e os objetos de conhecimento e, com isso, melhorar o seu desenvolvimento.

Ao ser questionada sobre a importância da mediação do psicopedagogo para que o indivíduo seja capaz de construir conhecimentos por meio de estímulos cognitivos, a psicopedagoga enfatizou:

O psicopedagogo atua na área da aprendizagem, sendo uma aprendizagem mais significativa e um apoio para o professor, sendo (...) extremamente indispensável para trabalhar com o indivíduo com deficiência intelectual. O psicopedagogo consegue atingir vários setores do conhecimento, que de repente a criança ou adolescente dentro da sala de aula com outras pessoas fica mais difícil para se desenvolver. Então, o psicopedagogo vai estar auxiliando com (...) as habilidades, para poder estar desenvolvendo as suas competências. (PSICOPEDAGOGA, 2021).

De acordo com Batista e Mantoan (2006), a DI desafia a escola regular no seu papel de ensinar e conduzir o discente a aprender o conteúdo curricular, pois apresenta grande dificuldade em construir o conhecimento e em demonstrar sua capacidade cognitiva. Diante dessa perspectiva, nota-se a importância da mediação do psicopedagogo na aprendizagem desse alunado.

Ao ser questionada se a filha tinha apresentado melhora com os atendimentos realizados pela psicopedagoga, a mãe da aluna respondeu: "Com certeza notei melhora. Melhorou muito a comunicação e isso fez com que ela convivesse e interagisse melhor

com outras pessoas” (MÃE, 2021).

Quando interrogada sobre os impactos dos estímulos cognitivos como estratégia pedagógica para o auxílio na construção do conhecimento por pessoas com DI, a psicopedagoga afirmou:

Existem vários impactos. Temos que fazer o máximo para que as pessoas com DI adquiram suas habilidades e construam suas potencialidades também por mais que às vezes elas não consigam atingir a questão da alfabetização, mas fazer com que elas sejam independentes como pessoas letradas, fazendo com que elas se sintam capazes e valorizadas. (PSICOPEDAGOGA, 2021).

Tessaro (2005) corrobora essa ideia de que as competências e habilidades de pessoas com DI precisam ser levadas em consideração e precisam ser estimuladas para que consigam compreender as regras e para que se sintam capazes de exercer seu papel dentro da sociedade como pessoas letradas. Mantoan e Batista (2007) afirmam, ainda, que a pessoa com DI necessita, assim como qualquer outra pessoa, desenvolver suas habilidades e a criatividade, de modo que possa conhecer e compreender o mundo e a si mesma.

Na entrevista realizada com a mãe da jovem, foi feita a indagação referente à importância dos atendimentos psicopedagógicos na vida da jovem. De acordo com a mãe, desde que começou a frequentar somente a APAE, quando descobriu que a filha tinha deficiência intelectual (DI), ela já passou a ser atendida pela psicopedagoga, o que, segundo ela, trouxe vários pontos positivos para vida da jovem. Nesse sentido, a mãe ressaltou:

Acho muito importante, pois somos uma família simples e quando descobrimos que ela tinha deficiência intelectual ela estava com oito anos de idade. Foi uma professora que havia conversado comigo que ela tinha algum problema e pediu para procurar a APAE. Antigamente nem sabia o que era a APAE, mas levei. Desde então, ela sempre frequentou somente a APAE e foi muito bom para ela. E com os atendimentos psicopedagógicos, ela melhorou sua comunicação e a interação com as pessoas. (MÃE, 2021).

Mantoan e Batista (2007) reiteram que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume um papel crucial na vida das pessoas com DI, embora destaquem que frequentar a escola regular auxilia muito no desenvolvimento dessas pessoas:

Por maior que seja a limitação do aluno com deficiência mental, ir à escola comum para aprender conteúdos acadêmicos e participar do grupo social mais amplo favorece o seu aproveitamento no Atendimento Educacional Especializado e vice-versa. (MANTOAN; BATISTA, 2007, p. 27).

No art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), reconhece-se que a educação deve ocorrer de preferência no ensino regular para todos, podendo haver

serviços de apoio especializados dentro da rede de ensino regular de acordo com a necessidade do alunado com necessidades especiais.

Segundo Arantes et al. (2012), para que a integração social e educacional dos indivíduos com DI aconteça de maneira efetiva e positiva, é preciso haver destaque para que ocorra a verdadeira inclusão no meio educacional e social. A mãe da jovem também foi questionada se os estímulos cognitivos favoreceram o desenvolvimento da aluna, a qual destacou: “Notei melhora. Ela sabe escrever algumas coisas, como o nome dela, sabe qual dinheiro é maior, qual é menor. Sim, os estímulos favoreceram, pois ela desenvolveu muito...” (MÃE, 2021).

Ao ser indagada sobre os impactos dos atendimentos na vida da jovem, a mãe relatou: “Ela melhorou muito na interação com as pessoas, sabe escrever e compreender algumas coisas mais difíceis e realiza sem ajuda tarefas cotidianas” (MÃE, 2021).

Para Lepaus e Ziviane (2017), os alunos com DI, para atingirem de maneira satisfatória seu desenvolvimento, devem ter suas vivências cotidianas levadas em conta, de modo a proporcionar a eles meios para desenvolverem suas habilidades e superarem suas dificuldades, melhorando suas relações pessoais e sociais.

Conforme já exposto na metodologia, foi feita também uma entrevista com a jovem com DI, com o intuito de dar voz a ela. Ao ser perguntado se ela gostava de ir aos atendimentos psicopedagógicos, ela respondeu: “Sim, gosto de ir pra ver a tia, conversar e brincar” (JOVEM, 2021).

Ao ser indagada sobre o que ela mais gosta de fazer nos atendimentos com a psicopedagoga, ela disse: “Gosto muito de brincar de jogo da memória e escrever com pregadores” (JOVEM, 2021). Rodrigues (2010) reforça essa ideia ao ressaltar que devem ser trabalhados com as pessoas com DI jogos como tabuleiro, quebra-cabeça e jogo da memória, para sustentar a atenção desse aluno.

Segundo Batista e Mantoan (2007), a pessoa com DI precisa ser incentivada a se desenvolver, descobrir coisas novas e construir o conhecimento de maneira independente. Desse modo, o psicopedagogo deve levar para os atendimentos os desejos do paciente, de acordo com as suas capacidades e necessidades, visando aproveitar da melhor maneira possível os conteúdos trabalhados.

Também foi perguntado se a jovem percebia melhora em seu desenvolvimento após a ajuda da psicopedagoga e ela respondeu que sim. Ao ser interrogada se sua psicopedagoga costumava lhe ajudar quando ela apresentava alguma dificuldade, ela disse: “Sim, ela me ajuda, explicando várias vezes, faz brincadeiras”. Quando questionada se achava importante ir aos atendimentos psicopedagógicos e o motivo, ela afirmou: “Acho importante ir nos atendimentos porque lá eu aprendo muito” (JOVEM, 2021).

De acordo com Figueiredo (2017), o desenvolvimento das pessoas com DI ocorre por meio de situações e desafios oferecidos nos atendimentos especializados. Para isso, é importante que se trabalhe com clareza e acessibilidade as habilidades cognitivas, de modo a favorecer o entendimento e a compreensão dos conteúdos abordados, partindo sempre da realidade do aluno.

Esta pesquisa mostrou, assim, que a oferta de estímulos cognitivos, juntamente com a oportunidade de desenvolvimento das habilidades de comunicação, interação e autonomia, contribuem e muito para um melhor desempenho das pessoas com DI, tanto no âmbito da escola quanto na sua vida diária. Constatou-se, por fim, que o atendimento psicopedagógico contribui sobremaneira para a potencialização do desenvolvimento cognitivo desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência intelectual é muito complexa, pois inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, em relação ao domínio social, conceitual e prático. Nesse viés, o indivíduo possui dificuldades para construir conhecimentos e solidificar sua capacidade cognitiva. Por tudo isso, é evidente a importância da intervenção psicopedagógica para auxiliar nesse processo de construção do conhecimento.

Esse trabalho buscou compreender os impactos dos estímulos cognitivos como instrumento pedagógico capaz de favorecer a construção do conhecimento por uma jovem com deficiência intelectual em atendimento pedagógico.

Diante dos resultados obtidos, foi possível constatar, através da contribuição da psicopedagoga, que os estímulos cognitivos são fundamentais para o auxílio da construção do conhecimento e também da autonomia da jovem em questão, a qual apresenta deficiência intelectual. Ela também ressaltou que um dos impactos dos estímulos cognitivos é fazer com que essas pessoas se tornem mais independentes e letradas, adquirindo suas potencialidades e sentindo-se capazes de realizar as tarefas do dia a dia.

Outro aspecto a ser destacado é aquele apresentado pela mãe da jovem, a qual destacou que o atendimento psicopedagógico e a estimulação cognitiva colaboraram muito para o desenvolvimento da habilidade da interação social, bem como da capacidade de compreensão e realização de tarefas cotidianas por sua filha.

Foi possível notar, ainda, que a jovem tem consciência da importância dos atendimentos psicopedagógicos para seu desenvolvimento e que gosta de frequentar a instituição, o que revela que os estímulos cognitivos realizados em atendimento psicopedagógico trazem vários benefícios positivos na construção do conhecimento da jovem com DI.

Pode-se concluir, assim, que os estímulos cognitivos oferecidos nos atendimentos psicopedagógicos causaram impactos significativos e fundamentais na vida desta jovem com deficiência intelectual, o que colaborou para o seu desenvolvimento e processo de construção do conhecimento, resultando na melhora dos processos de comunicação, interação e compreensão das experiências cotidianas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014.

ARANTES, D. R. B.; NAMO, D.; MACHADO, M. A. S.; Contexto histórico e educacional da pessoa com deficiência no Brasil e no estado de São Paulo. In: ALMEIDA, M. A. **Deficiência intelectual: realidade e ação**. São Paulo: CAPE/SE, 2012.

ARAUJO, O. S. P. Reflexões sobre a psicopedagogia clínica e institucional. **Anais: III CELLMS; IV EPGL; I EPPGL**. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Dourados, out. 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/amp/16561878-Reflexoes-sobre-a-psicopedagogia-clinica-e-institucional.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BONOTTO, Danusa Lara; KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **CIAIQ**, v. 2, 2015.

BOSSA, Nádia. **A psicopedagogia no Brasil**. Rio de Janeiro: Wak, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Política Nacional para a integração do portador de necessidades educativas especiais** - Decreto 3298/99. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

CARDOZO, A. S. M. S. **A atuação do psicopedagogo na escola inclusiva**, 2011. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) - Universidade Cândido Mendes, Pós- Faculdade Integrada. Niterói: AVM, 2011.

CASTILHO, A. P.; BORGES, N.R.M.; PEREIRA, V.T. **Manual de metodologia científica**. Itumbiara/GO: EDULBRA, 2011. Disponível em: <http://www.ulbraitumbiara.com.br/manumeto.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

CORSO, Luciana Vellinho. Aprendizagem e desenvolvimento saudável: contribuições da Psicopedagogia. In: SANTOS, Bettina Steren dos; ANNA, Lucia de. **Espaços psicopedagógicos em diferentes cenários**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. **Sobre as causas evolutivas da cognição humana**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/91754>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

DUARTE, Regina Célia Beltrão. Deficiência intelectual na criança. **Resid Pediatr**, v. 8, p. 17-25, 2018.

FERNÁNDEZ, Alícia. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1991.

FERREIRA, A., D. Bárbara; RODRIGUES, G. Atuação do psicopedagogo clínico e institucional em transtornos intelectuais. **Revista Calafiori**, n. 1, v. 2, p. 18-36, 2018.

FIGUEIREDO, Flávia Tófani; NEGREIROS, Rivani Lopes; DE S ARAÚJO, Rosenéri Lago. A educação inclusiva e o processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro - Unipac**, v. 21, p. 15-35, 2017.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Vitor. **Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRÜGER, H. **Psicologia das Crenças; Perspectivas Teóricas**. Tese do concurso público para Professor Titular de Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; BATISTA, Cristina Abranches Mota. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. In: GOMES, Adriana L. Limaverde Gomes et al. **Deficiência mental**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PANTOJA, Rosilene Moreira. **Atuação psicopedagógica junto a crianças com deficiência intelectual**: o Atendimento Educativo Especializado (AEE) como possibilitador da inclusão. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

PEREIRA, J. E. A infância e a deficiência intelectual: algumas reflexões. **Anais**: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul IX ANPESUL, Florianópolis, 2012.

PIAGET, Jean. **Problema de psicologia genética**. São Paulo: Victor Civita, 1978.

VARGAS, Thamyres Bandoli Tavares; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. Mediação escolar: sobre habitar o entre. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-26, 2018.

RODRIGUES, Cinthia. Formas criativas para estimular a mente de alunos com deficiência. **Revista Nova Escola**, ed. 23, jun. 2009. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/440/formas-criativas-estimular-mente-deficientes-intelectuais>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ROSSI, George Bedinelli; SERRALVO, Francisco Antonio; JOÃO, Belmiro Nascimento. Análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 4, p. 39-48, 2014.

SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, A. M. **Deficiência intelectual**. NAPNE, Câmpus de Curitiba, 2013. Disponível em: http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/06/Intelectual_maio.pdf Acesso em 30 mar. 2021.

SILVA, Juniele M.; MENDES, Estevane de PP. Abordagem qualitativa e Geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. **Pesquisa Qualitativa em Geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

TEDDE, S. **Crianças com deficiência intelectual**: a aprendizagem e a inclusão. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Centro Salesiano de São Paulo: Americana, 2012.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão escolar**: concepções de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VASCONCELOS, M. M. Retardo mental. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 80, n.2, p. 71-82, 2004.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como metodologia de pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZIVIANI, Mariza Carvalho Nascimento et al. **Práticas pedagógicas no atendimento a um aluno com deficiência intelectual no campus IFES Nova Venécia**: algumas tecituras, 2020. Disponível em: <http://seminarioeducacaoespecial.ca.ifes.edu.br/wp-content/uploads/2020/02/Praticas-pedagogicas-no-atendimento-a-um-aluno-com-deficiencia-no-Campus-IFES-Nova-Venecia-algumas-tecituras.docx.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

REVISTA CIENTÍFICA UNIFAGOC

MULTIDISCIPLINAR



www.unifagoc.edu.br
0800 037 5600